



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638555 - SP (2021/0001161-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ANA PAULA DA SILVA
ADVOGADO : ANA PAULA DA SILVA - SP401560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS HENRIQUE MOURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS HENRIQUE MOURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2259997-95.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 23/10/2020, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que "não se acham presentes os requisitos da prisão cautelar decretada. Não se vislumbra a plausibilidade de que, em liberdade, venha o representado a burlar os requisitos preconizados pela lei, no tocante à prisão antecipada. Pois, nada está a demonstrar que poderá furtar-se à aplicação da lei, tampouco que poderá ameaçar a ordem pública ou mesmo turbar a instrução criminal. Em outras palavras, deve haver indícios de que pretenda o réu destruir provas, ou, ainda, coagir testemunhas." (fl. 10)

Aduz, que "a presença dos requisitos necessários para a prisão processual, bem como a inadequação ou insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, tem que ser demonstrada de maneira cabal e concreta no processo, não servindo, para tanto, a existência de meras ilações." (fl. 21)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da ementa do acórdão proferido pelo TJSP:

"*Habeas corpus*. Tráfico de entorpecentes. Agente trazendo consigo, para fins de tráfico, 9,04gramas de maconha (15 porções) e 1,32 gramas de maconha, sob a forma de “skunk” (07 porções). Critérios a serem empregados na análise dos pressupostos da prisão preventiva. É certo que o STF já reconheceu não ser concebível eventual denegação de liberdade lastrada apenas na gravidade abstrata da conduta daquele que é criminalmente investigado. Ao decidir sobre sua eventual liberação, o Magistrado deve, com efeito, considerar, sempre, não apenas a natureza da infração, como também as circunstâncias nas quais os fatos teriam ocorrido e as condições pessoais do suposto agente. Em se cuidando de crime de tráfico de entorpecentes, a avaliação deve, assim, abranger não apenas a variedade da substância apreendida, como sua espécie, sua quantidade, a forma como estava acondicionada, além de toda a dinâmica dos fatos e o histórico do averiguado. Em tais situações, porém, é inclusive recomendável que aludida análise seja efetuada com maior rigor e especial cautela pelo Juiz, de modo a restarem efetivamente assegurados a manutenção da ordem pública, o bom andamento da instrução criminal, bem como a aplicação da lei penal, uma vez não se poder perder de vista que o tráfico de entorpecentes apresenta natureza grave e hedionda, com consequências particularmente nocivas à sociedade."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente